

48º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS “DÍVIDAS OCULTAS”

“Eu não tinha como agir de outra forma, era um projecto do Estado e havia muita pressão para despachar o pedido”, Joana Matsombe, antiga Administradora do Banco de Moçambique

- Joana Matsombe é reformada do Banco de Moçambique, onde ao longo de 42 anos de trabalho exerceu várias funções, com destaque para Administradora do Banco de Moçambique, por sinal o último cargo antes da reforma em 2017.



Joana Matsombe

Quando o juiz começou a confrontar a declarante com as declarações prestadas por um técnico do Departamento de Licenciamento e Controlo Cambial (Arnaldo Matuassa), ela explicou que à data dos factos não era responsável por esse pelouro que tinha a responsabilidade de fazer a análise e autorização de financiamentos externos a entidades privadas.

“Não me sinto confortável em falar sobre esses assuntos porque não é minha área”, disse Joana Matsombe. Ainda assim, o juiz Efégnio Baptista insistiu que a declarante devia responder às perguntas do tribunal, pois na hierarquia do Banco de Moçambique, ela ocupava a terceira posição.

A declarante explicou que, no seu entendimento, apenas as garantias emitidas pelos bancos comerciais e pelo próprio Banco de Moçambique é que estão sujeitas à autorização prévia do Banco Central. “Nenhum banco comercial deve emitir garantias para o financiamento externo sem a autorização do Banco de Moçambique”.

Entretanto, a emissão de garantias de Estado não carece de prévia autorização do Banco de Moçambique, uma vez que são emitidas pelo Ministério das Finanças, entidade que está acima do Banco Central.

Joana Matsombe confirmou que teve participação no processo de autorização do financiamento externo para a EMATUM. Explicou que depois de o pedido de autorização de financiamento ter sido analisado no Departamento de Licenciamento e Controlo Cambial, o processo foi subindo pelas hierarquias, começando pelo chefe de serviço, e passando pelo director e administrador do pelouro, até chegar ao Governador de Moçambique.

Uma vez que o Governador e o Vice-Governador do Banco de Moçambique estavam ausentes no momento em que o processo deu entrada, coube à declarante exarar o despacho, na sua capacidade de terceira pessoa na hierarquia do Banco Central.

“Todos os processos remetidos para despacho pelo Governador foram submetidos no meu gabinete. E o processo da EMATUM vinha com o carácter de urgente, confidencial e havia pressão para despachar. A pressão vinha de fora, mas foi o colega responsável do pelouro, o administrador Valdemar de Sousa, quem me disse que era urgente”.

Joana Matsombe autorizou o financiamento externo da EMATUM, mas deixou claro no seu despacho que o mesmo estava sujeito à ratificação do Governador do Banco de Moçambique. “Em condições normais eu não iria exarar aquele despacho. Havia matérias que, na ausência do Governador, eu não devia despachar e o da EMATUM era um deles, dado o valor de financiamento (850 milhões de dólares) e a natureza do próprio projecto”.

Joana Matsombe descreveu o processo da EMATUM como tendo *sui generis*, argumen-



Joana Matsombe

tando que, dada a sua complexidade, teria levado mais tempo no Banco de Moçambique. “Não me lembro se o processo chegou a levar dois dias no Banco de Moçambique. A celeridade foi a tempo recorde devido à pressão que estava a ser exercida à volta do assunto”.

Normalmente, os pedidos de autorização de financiamento externo leva algum tempo no Banco de Moçambique, porque há procedimentos que devem ser observados, como a necessidade de aferir a idoneidade das partes, verificar se as taxas de juros estão em conformidade com as praticadas no mercado internacional, entre outras questões.

A uma pergunta do tribunal, a declarante respondeu que não leu o contrato de financiamento da EMATUM, alegando que esse exercício já tinha sido feito pelas equipas técnicas. “Quando os processos chegam, a primeira coisa que fazemos é ler os pareceres e verificar se há alguma questão levantada. Se os pareceres são favoráveis, autorizamos confiando na boa-fé das equipas técnicas”.

A declarante disse que, depois do que viu e ouviu no decurso de todo o julgamento, hoje teria uma postura diferente. “É preciso olhar para este assunto no momento em que ele aconteceu. Naquela altura eu acreditei que as pessoas que submeteram o processo estavam a agir de boa-fé e a trabalhar com as melhores intenções para o País. Sendo eu uma servidora pública, entendi que estava a cumprir com a minha obrigação”.

Mas hoje, Joana Matsombe defende que, em rigor, o processo da EMATUM nem deveria ter entrado no Banco de Moçambique porque estava fora das suas responsabilidades e em desconformidade com a lei. “Era um facto

consumado, o contrato de financiamento já tinha sido assinado, a garantia de Estado já tinha sido emitida pelo Ministério das Finanças. O Banco de Moçambique só tinha de fazer a sua parte para que o financiador (Credit Suisse) formasse a convicção de que o Estado moçambicano estava comprometido com o assunto”.

Os pareceres que serviram de base para Joana Matsombe autorizar o financiamento da EMATUM alertavam para o risco do projecto devido ao alto valor envolvido e ao acto de se ter emitido uma garantia de Estado. É que no caso de o projecto falhar, como mais tarde veio a acontecer, a dívida passa para o Estado, agravando a dívida pública.

“Havia orientações superiores para se aprovar o financiamento. Os meus colegas poderão explicar melhor. Mas eu não tinha como agir de outra forma, era um projecto de Estado. E eu não tinha como duvidar do Estado, não tinha como recusar”. A declarante disse que teve conhecimento, através de colegas, da pressão feita por oficiais do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE) para que o pedido fosse autorizado pelo Banco de Moçambique.

Joana Matsombe voltou a intervir no assunto EMATUM em 2016, concretamente no pagamento de uma prestação da dívida. “Nessa altura eu trabalhava na gestão de reservas e mercados no Banco de Moçambique e tinha que arranjar dinheiro para pagar uma prestação da dívida da EMATUM”. A declarante disse que em 42 anos de carreira no Banco de Moçambique, dos quais 20 como Administradora de vários pelouros, não se lembra de ter lidado com um processo semelhante ao da EMATUM.

Telma Gonçalves diz que sofreu pressão psicológica de António Carlos do Rosário para acelerar o pedido da EMATUM

Telma Bernardete Gonçalves foi a segunda declarante a ser ouvida ontem pelo tribunal. Economista e professora, a declarante é reformada do Banco de Moçambique, desde 2017, altura em que exercia as funções de assistente de direcção. À data dos factos em julgamento, Telma Gonçalves exercia as funções de chefe de serviços no Departamento de Estrangeiro do Banco de Moçambique, onde era responsável pela coordenação do sector e da equipa de análise. Recebia os processos de pedido de autorização de financiamento externo e distribuía-os pelos técnicos para análise e emissão dos respectivos pareceres. Feito esse trabalho, ela também fazia a sua análise e submetia à assistente de direcção.

Disse que o pedido de autorização de financiamento da ProIndicus não entrou no Banco de Moçambique através do balcão. Aliás, declarou que o processo da ProIndicus lhes foi entregue em mão no gabinete da então assistente de direcção do Departamento de Estrangeiro, Elsa Chambal, pelo então PCA da empresa, senhor Henrique Matlaba, então PCA da empresa.

“Acompanhei a colega Elsa Chambal no encontro onde ela recebeu o processo sigiloso da ProIndicus das mãos de Eugénio Matlaba. A minha chefe (Elsa Chambal) orientou-me que o processo da ProIndicus não devia passar pelos técnicos. Eu é que devia fazer a análise e emitir o parecer”.

Foi assim que Telma Gonçalves emitiu um parecer favorável ao financiamento da ProIndicus. “No meu parecer fiz referência à existência de uma garantia de Estado e isso era um factor de conforto. Depois do meu parecer seguiram-se os pareceres da assistente de direcção (Elsa Chambal), da directora do Departamento de Estrangeiro (Silvina de Abreu), do Administrador do pelouro (Waldemar de Sousa) até à autorização do Governador do Banco de Moçambique (Ernesto Gove).

A declarante disse ainda que o processo da EMATUM também lhes foi entregue em mão pelo então Director Nacional da Inteligência Económica do SISE, António Carlos do Rosário, na sala de reuniões do Departamento de Estrangeiro. “Estava eu e a directora do Departamento de Estrangeiro, Silvina de Abreu. Ele trazia o projecto da EMATUM e explicou que o mesmo tinha como foco a pesca e venda de atum a ser capturado na costa moçam-



Telma Gonçalves

bicana. Disse ainda que seriam importadas embarcações para a captura de atum e armamento para fazer face aos ataques na zona centro”. Entretanto, no contrato de financiamento da EMATUM não vinha mencionada a compra de armamento referenciada por António Carlos do Rosário.

Telma Gonçalves fez notar que, durante o encontro com António Carlos do Rosário, este teria feito uma descrição assustadora sobre o conflito na zona centro do País. “Quando a doutora Silvina de Abreu disse que deviam evitar reacender do conflito, ele mostrou-nos uma fotografia em que aparecia Afonso Dhlakama (líder da Renamo), acompanhado por um senhor de raça branca, numa pista onde estava uma avioneta. Ele disse que a Renamo estava a ser financiada por estrangeiros e era preciso ter meios para combater isso”.

Depois do encontro, António Carlos do Rosário fez muitas chamadas telefónicas pressionando tanto a declarante como a então directora do Departamento de Estrangeiro no sentido de acelerarem o processo, pois a resposta era urgente. “Nas chamadas ele costumava perguntar: ‘Quer falar com Rosário ou quer com o SISE? Eu passei mal, era a primeira vez que estava a lidar com alguém dos serviços secretos. Também recebia chamadas dos meus superiores hierárquicos a

perguntar como estava o processo. Mas isso não influenciou na minha análise e no meu parecer”.

A declarante disse que emitiu pareceres favoráveis para a autorização de financiamento da ProIndicus e da EMATUM, considerando que o Ministério das Finanças é uma instituição idónea e se emitiu garantias de Estado é porque tinha feito uma análise de fundo sobre a pertinência e viabilidade dos projectos. “Eu confio na idoneidade do Ministro das Finanças, Manuel Chang, até prova em contrário”. Mesmo se os pedidos de autorização de financiamento estivessem desacompanhados de garantias de Estado, Telma Gonçalves disse que os seus pareceres seriam favoráveis. “Eram projectos bonitos”, disse.

Sobre o pedido de autorização para o financiamento adicional da ProIndicus, Telma Gonçalves contou que em data não precisa foi solicitada para o Gabinete do Governador do Banco Central (Ernesto Gove), onde se achava presente António Carlos do Rosário. Foi nessa reunião em que ela e o então director Samuel Banze receberam do Governador a missão de emitir pareceres favoráveis à autorização para o financiamento adicional da ProIndicus. “No mesmo dia, a autorização foi entregue ao senhor António Carlos do Rosário pelo director Samuel Banze, no átrio do edifício do Banco de Moçambique”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

